

Sumário

CAPÍTULO 1 ► Do Procedimento Relativo aos Processos da Competência do Tribunal do Júri 21

Introdução	21	Participação em automutilação	
Origem histórica do Júri.....	21	(Lei 13.968/19)	30
O Júri no Brasil	22	Genocídio	32
O Júri de ontem	22	Crimes contra a economia popular e Lei de	
O Júri de hoje	23	Imprensa	34
Princípios constitucionais que regem o Júri	24	Exceções.....	34
Plenitude da defesa.....	24	Lei n. 13.491/2017 – A ampliação da	
Sigilo das votações	25	competência da Justiça Militar e demais	
Soberania dos veredictos.....	27	consequências	36
Soberania dos veredictos e o sistema do juiz		Competência da Justiça Militar da União	
das garantias	27	para crimes dolosos contra a vida	37
Mitigação ao princípio da soberania.....	28	Competência da Justiça Militar dos Estados	
Competência mínima	29	para crimes dolosos contra a vida	37
Homicídio cometido por integrante de facção		<i>Ratio legis</i>	38
criminosa quando conexo com o crime de		Feminicídio entre militares e a preservação da	
domínio social estruturado	29	competência do Tribunal do Júri: coordenação	
		entre jurisdição comum e Justiça Militar.....	38

CAPÍTULO 2 ► Da Acusação e da Instrução Preliminar 41

Arts. 406 a 412

Introdução	41	Valor probatório	51
Procedimento bifásico	41	Classificação	52
Sistema trifásico?	41	Características da prova testemunhal	53
Citação	42	Inexistência de restrição quanto à condição	
Citação por meio eletrônico.....	42	da pessoa.....	54
Número de testemunhas.....	43	Impedimentos	54
Projeto original (PL nº 4.203/01)	44	Obrigações de depor.....	55
Inovações do Projeto de Lei nº 4.203/01		Ressalvas	55
que não foram recepcionadas na redação		Exceções. Pessoas não obrigadas a depor....	55
final da reforma de 2008.....	44	Impedidos.....	56
Prova documental	46	Função.....	56
Justificações.....	47	Ministério	56
Exceções.....	47	Ofício	56
Resposta do acusado	48	Profissão.....	56
Prazo para oitiva de testemunhas.....	48	Advogado.....	57
Audiência una	49	Parlamentar	57
Ofendido. Conceito	49	Médico	57
Natureza jurídica	49	Jornalista.....	57
Valor probatório	49	Psicólogo.....	58
Contraditório nas declarações do ofendido.	51	Generalidades	58
Prova testemunhal. Conceito	51	Liberação pela parte interessada.....	58

Criminalização da conduta	58	Elemento ou circunstância da infração	
Abuso de Autoridade.	58	penal.....	84
Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.....	59	Aditamento da queixa pelo Ministério Público.....	84
Requisição, pelo Delegado, de ação cautelar de antecipação de produção de provas.....	61	Prazo para o aditamento.....	85
Reconhecimento. Definição	65	Negativa do promotor em aditar a denúncia.....	85
Valor probatório	65	Nova redação do art. 28 do CPP.....	86
Reconhecimento pessoal ou fotográfico e inobservância do art. 226 do CPP.....	65	Aditamento.....	86
Outros meios de reconhecimento	67	A <i>mutatio libelli</i> não vincula o juiz na sentença	86
Reconhecimento em plenário do Júri.....	67	Rejeição do aditamento	87
Reconhecimento de coisas	68	Debates em audiência	90
Acareação. Definição.....	68	Princípio da oralidade.....	90
Pressupostos.....	68	Memoriais. Ressalva.....	91
Valor probatório	69	Não adiamento do ato como regra geral	92
Esclarecimentos dos peritos.....	80	Testemunha que comparece	93
Audiência.....	81	Autos conclusos para sentença	93
Indeferimento de provas.....	82	Prazo para encerramento desta fase do processo	93
<i>Mutatio libelli</i>	83	A extinção do libelo	95
O aditamento é necessário qualquer que seja a pena imposta ao novo delito cogitado na <i>mutatio libelli</i>	84	Críticas.....	95
		Pontos positivos.....	95

CAPÍTULO 3 ► Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolvição Sumária

97

Arts. 413 a 421

Pronúncia	97	Legitimidade	112
Existência do crime	97	Assistente e legitimidade para o recurso	112
Dolo eventual e qualificadoras do homicídio.....	98	Fiança	116
Indícios de autoria.....	98	Prisão decorrente da pronúncia	117
O <i>in dubio pro societate</i> no rito especial do júri.....	100	Inovação trazida com a reforma do júri de 2008.....	118
Pronúncia fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial.....	102	Impronúncia.....	119
Revisão da pronúncia após o júri: limites extraídos do SIDH.....	103	Novas provas	120
Teor da sentença de pronúncia	108	Críticas à impronúncia.	120
Nulidade decorrente do excesso de linguagem.....	109	Nossa posição.....	121
Desentranhamento dos autos	109	Impronúncia e crimes conexos.....	123
Necessidade de fundamentação.....	109	Juiz das garantias no tribunal do júri.....	123
Dispositivo legal	110	Ministério Público e recurso contra impronúncia.....	124
Exclusão de qualificadoras	110	Despronúncia.....	124
Qualificadoras	110	Despronúncia após condenação definitiva.....	124
Causa de diminuição de pena.....	111	Absolvição sumária. Introdução.....	125
Concurso de crimes	111	Decisão de mérito	125
Crimes conexos.....	111	Distinção entre impronúncia e a absolvição sumária	125
Recurso contra a pronúncia	111	Cabimento	125
		Excepcionalidade da absolvição sumária	126
		Constitucionalidade	127
		Inimputabilidade	127

Semi-imputabilidade.....	128	Momento de aplicação da <i>emendatio libelli</i>	136
Absolvição sumária e crimes conexos	128	Aplicação do princípio em grau de recurso....	137
Apelação	130	Desclassificação. Definição	139
Extinção do chamado recurso obrigatório contra a sentença de absolvição sumária.....	131	Juiz que recebe o feito	140
Legitimidade para a apelação contra a sentença de impronúncia.....	133	Recurso cabível contra a desclassificação.....	141
Legitimidade para a apelação contra a sentença de absolvição sumária.....	133	Legitimidade para o recurso. Acusação.....	141
Réu.....	133	Assistente	142
Assistente.....	133	Intimação da pronúncia.....	143
Pessoas não incluídas na denúncia.....	135	Sistema anterior	143
Ressalva.....	135	Sistema atual.....	144
Recusa quanto ao aditamento.....	135	<i>Nemo tenetur se detegere</i>	144
<i>Emendatio libelli</i>	136	Prazo do edital	145
		Preclusão da decisão de pronúncia	146
		Circunstância superveniente.....	147
		Decisão.....	147

CAPÍTULO 4 ► Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário 149

Arts. 422 a 424

Rol de testemunhas	149	Juntada de documentos e requerimento de diligências.....	152
Testemunha criança ou adolescente.....	149	Ordenamento do processo	153
Assistente de acusação	150	Relatório	154
Cláusula de imprescindibilidade	151	Processo preparado	154
Número de testemunhas em plenário.....	151		
Vítima.....	152		

CAPÍTULO 5 ► Do Alistamento dos Jurados 155

Arts. 425 e 426

Sorteio e convocação dos jurados	155	Urna fechada	158
Número de jurados.....	155	Jurado profissional	158
Seleção dos jurados	156	Lista de jurados.....	159
Critério na seleção dos jurados.....	156		

CAPÍTULO 6 ► Do Desaforamento 161

Arts. 427 e 428

Introdução.....	161	Inadmissibilidade do pedido	172
Conceito	161	Trata-se de medida judicial.....	172
Críticas	161	Atraso na realização do julgamento	173
Quando é necessário.....	162	Revisão da necessidade da prisão provisória...	173
Requisitos	162	Demora acarretada pela defesa	174
Interesse da ordem pública	162	Pedido do réu.....	175
Dúvida sobre a imparcialidade dos jurados ...	163	Cautela	175
Dúvida sobre a segurança pessoal do acusado	164	<i>Numerus clausus</i>	175
Deslocamento da competência	164	Desaforamento, crimes conexos e concurso de agentes	175
Processamento	168	Alcance	176
Órgão julgador do pedido.....	169	<i>Habeas corpus</i> e desaforamento	176
Oitiva do Ministério Público em 2º grau.....	170	Desaforamento e posterior execução da pena.....	176
Efeito suspensivo	170	Reaforamento	176
Manifestação do juiz e das partes	171		

CAPÍTULO 7 ▶ Da Organização da Pauta 179

Arts. 429 a 431

Ordem do julgamento.....	179	Admissão do assistente	182
Exceções.....	179	Oitiva do Ministério Público	182
Publicação da pauta	180	Irrecorribilidade	182
Assistente e advogado	180	Prazo para recorrer.....	182
Função do assistente.....	180	Intimações	186
Habilitação do assistente	181		

CAPÍTULO 8 ▶ Do Sorteio e da Convocação dos Jurados 187

Arts. 432 a 435

Sorteio.....	187	Convocação	188
--------------	-----	------------------	-----

CAPÍTULO 9 ▶ Da Função do Jurado 189

Arts. 436 a 446

Jurado	189	Ainda perduraria a prisão especial para o jurado?	198
Requisitos objetivos.....	190	A presunção de idoneidade moral	199
Isenção do maior de 70 anos.....	190	Prisão especial.....	199
Idade mínima.....	190	Preferência em licitações, em concursos públicos e na promoção ou remoção funcional.....	200
Requisitos subjetivos.....	191	Obrigações.....	201
Vedação à discriminação.....	192	Falta sem justificação e multa	202
Jurado analfabeto.....	192	Comunicação quanto à falta	202
Recusa imotivada.....	194	Decisão quanto à dispensa do jurado	202
Hipóteses de isenção	195	Suplentes.....	203
Obrigatoriedade.....	196		
Convicção religiosa, filosófica ou política....	196		
Escusa de consciência	196		
Privilégios do jurado	197		

CAPÍTULO 10 ▶ Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença 205

Arts. 447 a 452

Suspeição ou impedimento	205	Parte ou interessado no feito.....	210
Especificidades do Júri.....	205	Causas de suspeição do juiz (aplicáveis ao jurado)	210
Impedimento do juiz aplicável ao jurado.....	206	Amizade íntima	210
Causas de impedimento do juiz	206	Inimizade capital	211
Rol taxativo.....	206	Processo por fato análogo	211
Causas de impedimento do juiz (aplicáveis ao jurado)	206	Quando ele ou parente promova ou responda processo que tenha que ser julgado por qualquer das partes	211
Cônjuge.....	207	Aconselhamento de qualquer das partes.....	211
Parentesco por consanguinidade.....	207	Credor, devedor, tutor e curador.....	212
Parentesco por afinidade	207	Sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo	212
Linha reta.....	207	Foro íntimo	212
Linha colateral	207	Comunicação a órgão superior.....	213
Grau de parentesco.....	207	Juízos coletivos e incompatibilidades	213
Síntese	207	Impedimentos.....	218
Juiz como testemunha.....	207		
Juiz que atuou no feito anteriormente	208		
Entrevista à imprensa.....	209		

Casuística.....	219	Participação em segundo julgamento.....	220
Manifestação espontânea do jurado ou provocada pela parte.....	219	Ordem de manifestação de suspeição ou impedimento	221
Influência do voto do jurado impedido ou suspeito.....	220	<i>Quorum</i> mínimo.....	221
		Outro Júri no mesmo dia	221

CAPÍTULO 11 ► Da Reunião e das Sessões do Tribunal do Júri 223

Arts. 453 a 472

Reunião e sessões.....	223	<i>Quorum</i> mínimo.....	235
Isenção e dispensa	223	Mínimo de 15 jurados.....	235
Pedido de adiamento formulado pelas partes.....	224	Esclarecimento sobre impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	236
Ausência do Ministério Público.....	224	Incomunicabilidade	237
Ausência do advogado.....	226	<i>Ratio legis</i>	237
Ausência do réu solto.....	227	Razoabilidade na interpretação do conceito de incomunicabilidade.....	237
Ausência do assistente	228	Sorteio dos jurados e recusas.....	239
Ausência do advogado do querelante.....	228	Recusas motivadas.....	240
Ausência do réu preso.....	229	Recusas imotivadas ou peremptórias.....	240
Condução coercitiva do acusado.....	230	Críticas à recusa peremptória	240
Desobediência.....	232	Posição favorável à recusa peremptória.....	241
Proibição de desconto	232	Assistente de acusação	242
Separação das testemunhas	232	Recusas em caso de mais de um réu	243
Ausência da testemunha.....	233	Desacolhimento da recusa	243
Precatória.....	233	Estouro da urna	244
Abertura do julgamento	234	Compromisso do jurado.....	244
Pregão	234		

CAPÍTULO 12 ► Da Instrução em Plenário 247

Arts. 473 a 475

Oitiva da vítima e de testemunhas.....	247	Destinatários da prova.....	254
<i>Cross-examination</i>	247	Perguntas dos jurados.....	255
Filtro pelo juiz.....	248	Imprescindibilidade	255
Sistema tradicional.....	248	Interrogatório e as alterações trazidas pela Lei nº 10.792/03.....	256
Perguntas dos jurados.....	248	Contraditório no interrogatório?	257
Falso testemunho em plenário.....	249	Ordem de perguntas	258
Retratação.....	250	Uso de algemas	259
Acareação	250	Regulamentação do tema	260
Reconhecimento.....	251	Influência do uso de algemas para o jurado... ..	261
Esclarecimentos do perito	251	Textos internacionais	261
Leitura de peças.....	251	Fixação de um critério mais objetivo.....	262
Sistema anterior	251	Réu solto	262
Sistema atual.....	252	Réu preso	262
Carta precatória.....	252	Conclusão	263
Prova cautelar.....	252	Revitimização e violência institucional	264
Prova antecipada.....	252	Registro dos atos probatórios.....	267
Prova não repetível.....	252		
Interrogatório.....	254		

CAPÍTULO 13 ► Dos Debates

269

Arts. 476 a 481

Ordem das falas	269	Argumento de autoridade	287
Manifestação da acusação	269	<i>Numerus clausus</i>	287
Pedido de absolvição	269	Constitucionalidade do dispositivo	288
Queixa-crime	271	Exibição e leitura de documentos em plenário	293
Manifestação da defesa	271	Leitura de doutrina e jurisprudência	293
<i>Acordo</i> entre as partes	273	A exibição proibida, sem a prévia comunicação da parte contrária, é do documento que guarde pertinência com a causa	293
Posição ocupada pelo Promotor de Justiça em plenário	274	Ciência à parte adversa	294
Reinquirição de testemunhas	277	Nulidade relativa	294
Réplica e tréplica	278	Prova documental. Introdução	294
Tréplica sem réplica?	279	Conceito de documento	295
Inovação na tréplica	279	Classificação	295
Argumentação a favor da possibilidade de inovação	279	Valor probatório	296
Nosso posicionamento contra a possibilidade de inovação	280	Casuística	296
Conclusão	283	Indicação da folha dos autos referida no discurso	300
<i>Ratio legis</i>	285	Recolhimento dos jurados à sala secreta	300
Menção à pronúncia	285	Acesso aos autos	301
Menção ao uso de algemas	285	Dissolução do Conselho de Sentença	302
Menção ao silêncio do réu	286	Prova pericial	303
Críticas	286		
Padrão de discurso	286		

CAPÍTULO 14 ► Do Questionário e sua Votação

305

Arts. 482 a 491

Quesitação	305	De quem é a competência para o sumário da culpa no feminicídio?	324
Ordem de quesitação	307	Quesitação do crime de feminicídio	324
Desclassificação	309	Absolvição por clemência e julgamento contrário à prova dos autos	330
Tentativa	309	Não cabimento da clemência	331
Divergência sobre a tipificação do delito	309	Leitura dos quesitos	333
Formulação do quesito	310	Encaminhamento à sala especial	334
Pluralidade de teses defensivas	310	Votação	335
Tese negativa de autoria	313	Recolhimento dos votos	336
Não apreciação do excesso culposos	314	Maioria	337
Inimputabilidade	315	Contradição nas respostas	337
Dolo eventual e qualificadoras do homicídio	317	Termo	339
Feminicídio	317		

CAPÍTULO 15 ► Da Sentença

341

Arts. 492 e 493

Sentença no júri	341	Fixação da reparação decorrente do dano (art. 387 do CPP)	364
Fixação da pena privativa de liberdade	344	Valor mínimo	364
Primeira fase de aplicação da pena	347	Execução imediata da pena no júri	367
Concurso entre circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis	348	Execução imediata da pena no júri e o crime conexo	367
Segunda fase de aplicação da pena	350	O alcance do princípio da soberania do Júri e a apelação	367
Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes	351	Efeitos penais da condenação	371
Agravante não articulada na denúncia pode ser reconhecida?	351	Efeitos extrapenais genéricos	371
Ordem de preponderância no concurso de agravantes e atenuantes	351	Confisco dos instrumentos e produtos do crime	371
Das agravantes	352	E se o produto ou proveito do crime não for encontrado ou estiver localizado no exterior?	372
As agravantes sempre agravam a pena?	352	Efeitos extrapenais específicos	372
As agravantes incidem em todos os crimes ...	352	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	372
Das atenuantes	353	Efeitos administrativos da condenação	372
As atenuantes sempre reduzem a pena?	353	Efeitos políticos da condenação	373
As atenuantes incidem em todos os crimes? ...	354	Incapacidade para o exercício do pátrio poder (poder familiar), tutela ou curatela ...	376
Terceira fase de aplicação da pena	355	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	377
Concurso (homogêneo) de causas de aumento	356	Soltura imediata do réu	377
Concurso (homogêneo) de causas de diminuição	357	Revogação das medidas restritivas	378
Regime inicial de cumprimento de pena	358	Sentença absolutória imprópria	379
Regime fechado	358	Outras consequências	380
Regime semiaberto	359	Isenção de custas	380
Regime aberto	359	Devolução da fiança	380
Critérios para fixação do regime	360	Desclassificação	380
Pena de reclusão	360	Desclassificação própria	380
Regime fechado	360	Desclassificação imprópria	380
Regime semiaberto	360	Crimes de menor potencial ofensivo	381
Regime aberto	360	Suspensão condicional do processo	382
Leis especiais	361	Crimes conexos	383
Pena de detenção	361	Leitura da sentença	384
Regime de cumprimento de pena do índio ...	361	Intimação quando o réu esteve ausente do plenário	384
Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher	362		
Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração	362		
Reparação do dano	363		

CAPÍTULO 16 ► Da Ata dos Trabalhos

387

Art. 494 a 496

Ata da sessão de julgamento	387	Rol exemplificativo	389
Conteúdo	388	Prazo e sanções	390
Presunção de veracidade	388		

CAPÍTULO 17 ► Das Atribuições do Presidente do Tribunal do Júri 391

Art. 497

Atribuições do Juiz. Introdução	391	Funções processuais	393
Funções de polícia	391	Poder de polícia	395
Menores no julgamento	392	Função decisória	395
Funções processuais	392	Apertes	395
Funções decisórias	392		

CAPÍTULO 18 ► Apelação Contra Decisões do Júri 397

Art. 593

Introdução	397	Alcance da decisão	402
Fundamentação vinculada	398	<i>Reformatio in pejus</i>	402
Hipóteses de cabimento	399	<i>Reformatio in pejus</i> indireta no júri	403
Nulidade posterior à pronúncia	399	Correção da pena	408
Sentença do juiz contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	400	Novo júri apenas uma vez mais	409
Erro ou injustiça na aplicação da pena	400	Apelação pelo Ministério Público	410
Decisão manifestamente contrária à prova dos autos.	401	Motivo	410

CAPÍTULO 19 ► Revisão Criminal Contra Decisões do Júri 413

Revisão criminal	413	Legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de Revisão	421
Introdução	413	Revisão criminal contra decisões do júri	423
Conceito	414	Efeitos da	423
Natureza Jurídica	414	Modificação da pena	424
Revisão criminal <i>pro societate</i>	415	Nulidade do processo e <i>non reformatio in pejus</i>	424
Cabimento	416	Reestabelecimento dos direitos	425
Hipóteses de admissibilidade	417	Medida de segurança	425
Legitimidade	420	Efeito extensivo	425

Índice 431

Anexo ► Modelos dos quesitos 437

1. Questionário simples: art. 121, “caput”, c.c. o art. 14, inc. II, ambos do CP	437	5. Questionário em série (mais de um réu): art. 121, § 2º, incs. II e IV, do CP	441
2. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. II, do CP	438	6. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. I e IV, e art. 250, § 1º, incs. I e II, “a”, ambos do CP	443
3. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. IV, c.c. o art. 121, § 4º, ambos do CP	439	7. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. I e IV, do CP + falso testemunho ocorrido em plenário	445
4. Questionário simples: art. 121, §§ 1º e 2º, inc. IV, do CP	440		

8. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. III e V, e art. 213, ambos do CP.....	447	11. Questionário simples: art. 121, “caput”, do CP (com tese de desclassificação para crime culposos)	451
9. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. III, do CP + semi-imputabilidade	449	12. Questionário simples: art. 122 do CP	452
10. Questionário simples: art. 121, § 2º, II, c.c. o art. 14, inc. II (tentativa branca), ambos do CP	450	13. Questionário simples: art. 123 do CP	453